

LEVANTAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE DADOS CULTURAIS

Neusa Martins do Rosário¹

Resumo: A necessidade de organizar e difundir dados culturais torna-se cada vez mais urgente no Brasil. Instituições públicas e privadas vêm se apropriando das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação/NTICs no intuito de organizar seus dados, levando em consideração territórios informacionais. Examinar subsídios para identificação, proteção e valorização de bens culturais, assim como referencial para o levantamento e a organização de dados culturais, é a proposta central deste trabalho. Neste contexto, consideramos marcos legais da cultura como o Plano Nacional da Cultura/PNC/MinC e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais/SNIIC/MinC, no cerne da organização desses dados no país. Atentamos, em especial, para municípios com até vinte mil habitantes, já que esses correspondem a mais de 70% dos municípios brasileiros. Contudo, apresentamos procedimentos para a realização de mapeamentos culturais capazes de colaborar com o levantamento e a organização de dados culturais nos diversos territórios que integram nosso país.

Palavras-chave: dados culturais; territórios informacionais; mapeamentos culturais.

O acesso a bens e serviços culturais, considerando o processo de descentralização que vem sendo vivido nos últimos anos, no Brasil, e partindo da necessidade de organização da cultura, principalmente através de ações nos âmbitos estaduais e municipais, remete a urgência do levantamento e da organização de dados culturais.

O Plano Nacional da Cultura (PNC)² e Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC/MinC)³ são, por exemplo, propulsores à necessidade de descentralizar recursos da cultura, provocando discussões e demandas no âmbito federal capazes de atingir e mobilizar esferas estaduais e municipais.

Abordagens significativas no reconhecimento da diversidade cultural, em municípios antes despercebidos, passam a ganhar expressão como alternativa de desenvolvimento, sobretudo tratando da troca de experiências e ações relativas ao

¹ Universidade Federal da Bahia. E-mail: neusamartinsr@gmail.com.

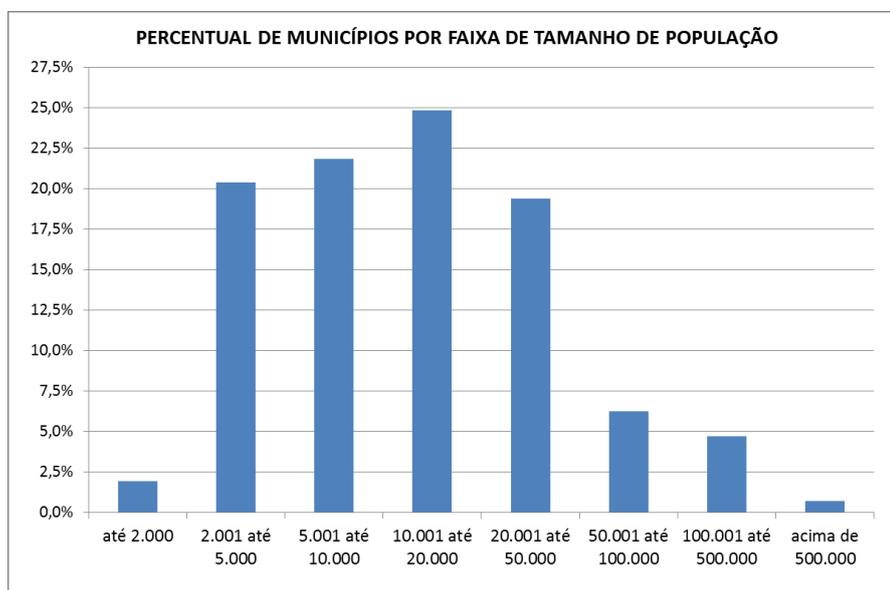
² Plano Nacional de Cultura/2008 (PNC). Disponível em: <http://www.cultura.gov.br>. Acesso em agosto de 2011.

³ Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/tag/sniic/>. Acesso em agosto de 2013.

PNC no processo de sistematização da cultura no âmbito federal, estadual e municipal.

No Brasil, a grande maioria de seus mais de cinco mil municípios tem menos de vinte mil habitantes, como pode ser observado no gráfico que segue. Aspecto este que nos permite constatar, obviamente, que, a grande maioria desses municípios continua em um estado de invisibilidade, principalmente ao levarmos em consideração a extensão territorial do país.

Gráfico 01 – Pesquisa Demográfica dos municípios brasileiros - DPE



FONTE: Diretoria de Pesquisas – DPE/COPIS – GEADD (2013-2014)

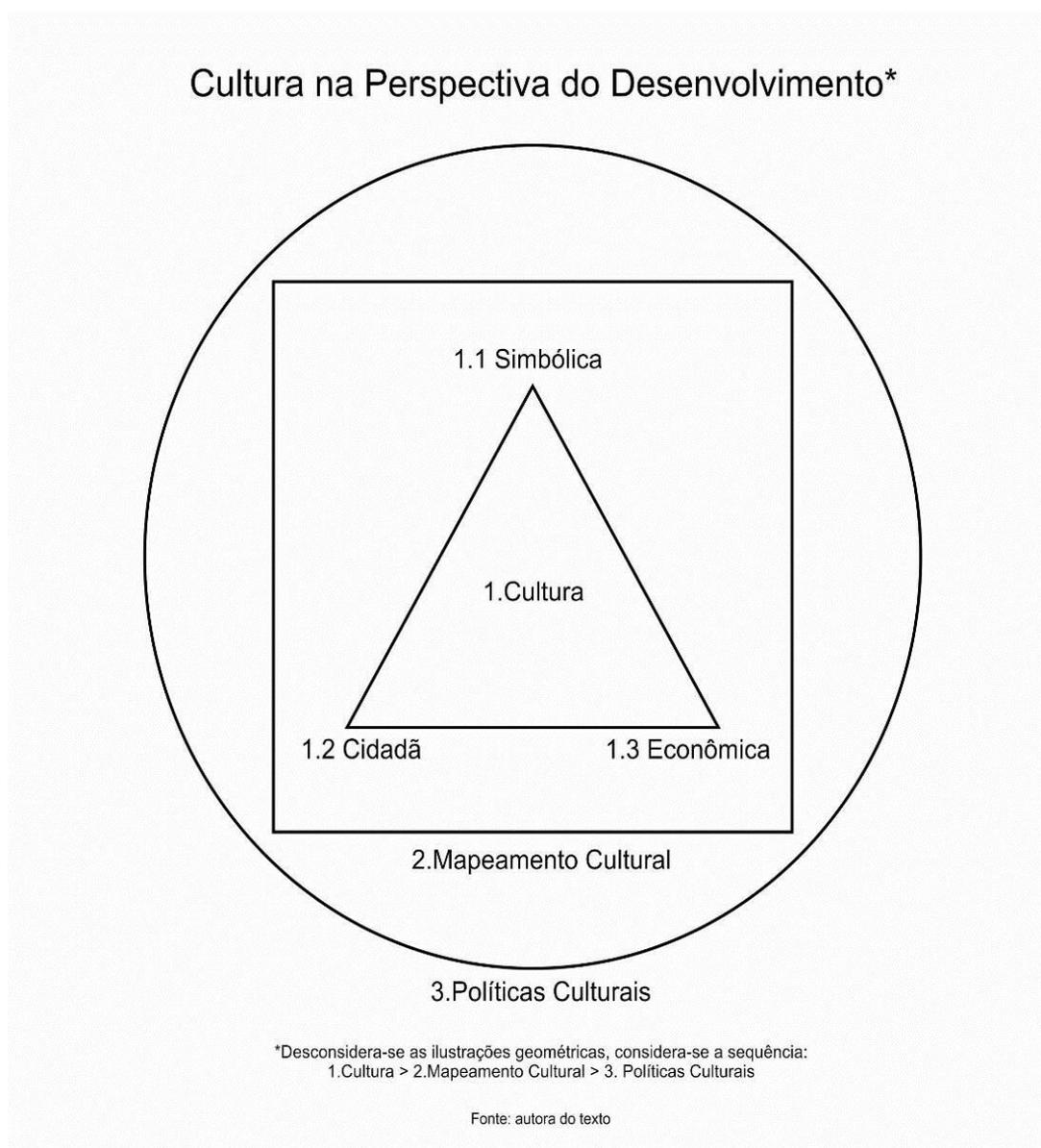
Tal constatação vem validar a importância de trabalhos desta natureza, voltados para a organização de dados através de mapeamentos culturais, comprometidos com o desenvolvimento da cultural local, além de serem capazes de reconhecer e subsidiar a elaboração e efetivação de políticas culturais atentas a peculiaridades desses municípios, principalmente aqueles distantes dos centros urbanos.

Compreendemos a cultura como valorização de um povo e não apenas como ferramenta de *status*, como se dá em alguns casos, a exemplo do campo político. A figura abaixo, representa de maneira sucinta, três momentos sequenciais sugeridos na elaboração e efetivação de políticas culturais elaboradas a partir do

levantamento e organização de dados: 1. Cultura; 2. Mapeamento Cultural; e 3. Políticas culturais.

O item 1 apresenta a cultura relacionada a essas três dimensões, sendo o subitem 1.1 a dimensão simbólica, 1.2 a dimensão cidadã e 1.3 a dimensão econômica; o item 2 apresenta-se como mapeamento cultural, tornando-se possível a partir das três dimensões, com a função de orientar na organização dos dados culturais a serem coletados; e no item 3, como resultado dessa relação, têm-se propostas que contribuem para a elaboração e efetivação de políticas culturais.

FIGURA 01 – Cultura na perspectiva do desenvolvimento



A realização de mapeamentos culturais pode contribuir com o protagonismo dos municípios brasileiros, principalmente se atores culturais envolvidos nesses

processos de organização de dados forem capazes de sensibilizar e mobilizar cidadãos, de modo geral, independentemente de estarem inseridos ou não na produção cultural. Dessa forma atores, gestores, consumidores e cidadãos poderão contribuir com a atualização da base de dados e informações sobre a cultura em seus municípios.

Examinaremos possibilidades de levantar e organizar dados culturais, em municípios com até vinte mil habitantes, a partir de dois aspectos. O primeiro, relacionado às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação/NTICs, atentos a noção de “territórios informacionais”. Seguido por um roteiro para a realização de mapeamentos culturais locais justificando a relevância das dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura.

Os “territórios informacionais” são espaços moventes que remetem ao fluxo informacional digital em uma zona de intersecção entre o ciberespaço e o espaço urbano (Lemos, 2010), e também rural, em ampliação com a proposta deste trabalho. Nessa perspectiva de um roteiro para levantamento e organização de dados culturais, o território na função de inserção de informação sobre um dado lugar ou tema é de grande valia para a realização deste trabalho, levando em consideração o diálogo com a proposta de concentração de dados culturais do SNIIC através do cadastro de bens e serviços culturais *on line*.

Reforçando as contribuições dessa noção de território para este trabalho, atentamos para o que afirma Lemos:

O território informacional cria um lugar, dependente dos espaços físico e eletrônico a que se vincula. [...] O lugar se configura por atividades sociais que criam pertencimentos (simbólico, [cultural], econômico, afetivo, informacional) (LEMOS, 2010, p. 160).

Para além desta noção de território inerente às NTICs, podemos considerar também noções inerentes a política cultural, mais especificamente no caso do estado da Bahia, através da a Secult/BA reconhece sua importância a partir da compreensão do “território de identidade cultural”, como:

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode

Essa compreensão de territórios culturais a partir da especificidade de cada região parte do esforço de integrar aspectos simbólicos e físicos para uma compreensão de território, porém, obviamente, não anula conflitos sobre questões de reconhecimento da cultura local, que abarcam o desafio de mensurar limites e fronteiras, ambos relacionados ao sentimento de pertencimento.

Como podemos observar, a noção de território perpassa o campo da cultura, no sentido simbólico; o geográfico, no sentido espacial e físico; e o campo tecnológico, ao tratar do território na perspectiva do acesso a lugares, através das NTICs, mesmo quando nunca estivemos nesses lugares.

Levantar e organizar dados culturais na perspectiva local implica da necessidade de pensar um caminho possível para tal ação. Nesse sentido, devem ser levados em consideração aspectos, geográficos territoriais, culturais, econômicos e, principalmente, disponibilidade e articulação entre atores culturais e a gestão pública local.

Para a realização de mapeamentos culturais locais, foi desenvolvido um roteiro⁴, sugestivo, de ações pensando na organização da cultura em municípios menores e distantes dos centros urbanos, como podemos ver abaixo:

1ª Ação: Buscar compreender o sentido do termo cultura na perspectiva local e, posteriormente, fazer uma análise comparando com demais noções compreendidas no âmbito das políticas culturais tanto na esfera estadual quanto municipal;

2ª Ação: Analisar o contexto cultural vivenciado por cidadãos e identificar, a partir desse contexto, atores culturais, políticos, econômicos e sociais em consonância com a dimensão simbólica, cidadã e econômica da cultura;

3ª Ação: Identificar documentos legais e pesquisas (Ex.: Plano Nacional de Cultura/PNC, pesquisas acadêmicas, entre outros), relativos a registros de bens culturais, assim como mapeamentos culturais já realizados;

⁴O roteiro de ações para realização de mapeamentos culturais locais foi desenvolvido a partir da experiência de campo, através da metodologia aplicada na dissertação de mestrado, intitulada "Mapeamento cultural em Serrolândia/BA: levantamento e organização de dados culturais", da autora deste artigo, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade/Póscult/UFBA.

4ª Ação: Definir o modelo do mapeamento cultural a ser desenvolvido e seus respectivos temas e conteúdos, bem como a utilização e finalidade desses mapeamentos (Ex.: Mapa de manifestações? serviços? atores culturais? ou mesmo, de bens, serviços e atores culturais, a exemplo do realizado em Serrolândia/BA⁵);

5ª Ação: Definir critérios metodológicos. Identificar aparatos tecnológicos e técnicas, tradicionais ou inovadoras, capazes de atender necessidades do mapeamento cultural a ser realizado, sobretudo, no que se refere ao registro, localização e análise dos dados culturais coletados;

6ª Ação: Definir equipe responsável pelo projeto de mapeamento e suas devidas funções, como registro, atualização, compilação e disseminação dos dados coletados, mais especificamente no caso de mapeamentos culturais a serem realizados diretamente pela gestão pública do município;

7ª Ação: Identificar e articular parcerias a fim de coletar informações, obter contatos e serviços referentes à cultura e a política cultural local;

8ª Ação: Formalizar parcerias com instâncias da Educação a fim de ter apoio através de recursos pessoais, assim como de instâncias da administração pública, gestores de CDCs entre outros, no intuito de obter serviços e estruturas tecnológicas para disseminação, atualização e utilização do mapeamento cultural nas comunidades urbanas e rurais;

9ª Ação: Definir formas de registro e aplicação de pesquisas contextuais para realização do mapeamento cultural, como o modelo utilizado neste trabalho, por exemplo, (ver apêndices 01 e 02);

10ª Ação: Disseminar o mapeamento cultural para atualização, retroalimentação e utilização dos dados culturais pelos atores e consumidores da cultura e cidadãos do município de modo geral. Essa disseminação pode ocorrer de formas diversas, dependendo do contexto e estrutura do município para tal ação.

No caso do *Mapeamento Cultural em Serrolândia/BA*, o material foi disponibilizado para avaliação e aproveitamento por parte da gestão pública local e dos próprios atores culturais a fim de contribuir com a elaboração do PMC e de

⁵“O mapeamento cultural realizado em Serrolândia/BA” se deu como estudo de caso através do trabalho de conclusão de curso, apresentado na Faculdade de Comunicação da UFBA, como requisito para colação de grau no curso Comunicação/Habilitação em Produção Cultural/Facom/UFBA.

apresentar um panorama da cultura no município, propondo, em um momento posterior, a elaboração de uma cartografia cultural em rede.

Essa disponibilização também se dará no desafio de incentivar a continuação e retroalimentação do mapeamento, com a função de divulgar bens culturais e eventos; denunciar casos omissos sobre o uso a aplicação de recursos da cultura; atualizar e inserir dados culturais a partir da averiguação das informações atualizadas. Nesse sentido, deve haver esforços para evitar que contextos culturais se tornem invisíveis. Além de evitar que mapeamentos culturais se tornem caixas-pretas, ou seja, espaços ou temas que perdem a evidência em ambientes virtuais de discussão, divulgação e busca.

A ideia, obviamente, não é a de esgotar procedimentos metodológicos para a realização de mapeamentos culturais, em contribuição com a elaboração e a efetivação de políticas culturais na perspectiva municipal. É evidente que, cada município poderá criar suas próprias condições de levantamento de dados culturais.

O que propomos é um roteiro com ações centrais para a realização desses mapeamentos. Nesse caso, sugerimos as cinco primeiras ações, como aquelas correspondentes ao primeiro momento que, se refere ao planejamento, e as cinco últimas, integradas ao segundo momento, capazes de contribuir com a execução e utilização de mapeamentos culturais.

Cabe ressaltar que, para além de ações de planejamento e execução, devem ser levados em conta desafios em torno de recursos, sejam estes materiais, pessoais ou financeiros. Além de inúmeros desafios que podem ser identificados no levantamento e na organização de dados culturais, destacamos aqui o principal, que trata de questões em torno de equipe qualificada do campo da cultura na perspectiva local e, também, de aparatos tecnológicos adequados para a coleta, o registro e a localização de bens e serviços da cultura.

Outro desafio que está diretamente atrelado a proposta deste texto, trata de questões conceituais inerentes às NTICs. Esses perpassam limitações em trono de provedor de *internet*, por exemplo; dificuldades para uso de definições conceituais tanto do campo da cultura quanto de comunicação e tecnologia. Um exemplo que podemos mencionar, aqui, trata de noções de territórios para a realização de mapeamentos culturais.

As NTICs, bem como o desenvolvimento de mapeamentos culturais, criam novos processos do controle informacional do espaço, em novos territórios. A

relação dos municípios com processos midiáticos correlatos e estruturantes são desde sempre fluxo, troca, deslocamento, desenraizamento e desterritorializações (LEMOS, 2010). No caso específico do mapeamento cultural, tomamos como exemplo o uso de mídias audiovisuais e tecnologias sem fio como celular e GPS⁶, ambos com funções colaborativas no registro e organização de bens e serviços culturais através dessas formas levantamentos e registros de dados culturais.

Para além desses desafios mencionados, ainda há o desafio de fazer dialogar mapeamentos culturais, com seus registros e suas localizações de bens e serviços culturais, com a metodologia do SNIIC/MINC, que se propõe a ser o maior repositório da cultura brasileira. Porém, sua proposta ainda sobre limitações estruturantes referentes a plataformas e procedimentos metodológicos capazes de interagir com algumas metodologias, em andamento, em alguns estados e municípios brasileiros.

Ilustramos, aqui, exemplos de metodologias que, não necessariamente, dialogam com a proposta do SNIIC/MINC, como o projeto *Mapa da Cultura*⁷, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, através da Secretaria de Cultura (Secultfor/CE). E, em São Paulo, a Secretaria de Estado da Cultura realiza ações no desenvolvimento do *Mapa Cultural Paulista*⁸ que, conforme apresentação do projeto no site do mapeamento, o mesmo é tido como um dos mais importantes projetos culturais de São Paulo do ponto de vista formativo, informativo e de circulação de artistas do interior do Estado.

Compreendemos, portanto, que, a necessidade de levantar e organizar dados culturais está atrelada a organização, efetivação e execução de políticas da cultura, correspondentes a peculiaridades locais, levando em consideração limitações na organização de dados para enfim, consolidar essas políticas.

⁶GPS é a abreviatura de NAVSTAR GPS (NAVSTAR GPS - NAVigation System with Time And Ranging Global Positioning System). É um sistema de radio-navegação baseado em satélites desenvolvido e controlado pelo departamento de defesa dos Estados Unidos da América (U.S. DoD) que permite a qualquer usuário saber a sua localização, velocidade e tempo, 24 horas por dia, sob quaisquer condições atmosféricas e em qualquer ponto do globo terrestre. Disponível em: <http://www.uff.br/cartografiabasica/cartografia%20texto%20bom.pdf>. Acesso em outubro de 2014.

⁷Mais informações disponíveis em: <http://mapeamentofortaleza.org.br>. Acesso em maio de 2014.

⁸Mais informações disponíveis em: <http://mapaculturalpaulista.org.br>. Acesso em maio de 2013.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em janeiro de 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura.** / Brasil. Ministério da Cultura. Apresentação de Ana de Hollanda e Sérgio Mamberti. – São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012. 216 p.; il.

DAGNINO, Avelina. **Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal.** *Revista Rio de Janeiro*, n. 15. 2005, p. 45-66.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** Lisboa: Actividades Editoriais, 2005.

FARIA, Hamilton. **Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades.** In: BRANT, Leonardo (org.). *Políticas Culturais*. Vol. 1. São Paulo: Manole, 2003.

FITA DE RÁDIO FREQUENCIA/RFID. Disponível em: <<http://www.rfidjournal.com/>>. Acesso em outubro de 2012.

GOOGLE Maps. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Maps> Acesso em agosto de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Revista Ciência Hoje das Crianças**, nº 12. *Diretoria de Geociências e Departamento de Estruturas Territoriais*.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura.** / André Lemos. – São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção ATOPOS). 310 p.

LEMOS, André. **Mídia Locativa e Territórios Informacionais.** Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/midia_locativa.pdf>. Acesso em outubro de 2012.

LEITÃO, Cláudia. **Cultura e municipalização.** / Cláudia Leitão, --Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009. – (Coleção Cultura é o quê? III).

MANUAIS TÉCNICOS EM GEOCIÊNCIAS - Divulga os procedimentos metodológicos utilizados nos estudos e pesquisas de geociências. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 2012, p. 29.

MINISTÉRIO DA CULTURA/MINC. **Cultura em três dimensões.** Material Informativo: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010.

NATANSOHN, G. **Do pergaminho ao Smartphone**. Revista Lupa da FACOM – UFBA, ano IV, n.7. Salvador, 2009, p. 22.

PESQUISA DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (DPE/COPIIS/GEADD). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf>. Acesso em outubro de 2014.

PLANO NACIONAL DE CULTURA/2008 (PNC/MINC). Mais informações disponíveis em: <http://www.cultura.gov.br>. Acesso em agosto de 2012.

ROSA, ROBERTO. **Cartografia básica**. 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/cartografiabasica/cartografia%20texto%20bom.pdf>>. Acesso em outubro de 2012, p. 56.

ROSÁRIO, Neusa Martins. **Mapeamento em Serrolândia/BA: levantamento e organização de dados culturais**. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade, no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, 2014.

ROSÁRIO, Neusa Martins. **Mapeamento dos equipamentos e manifestações culturais no município de Serrolândia/BA**. Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação, no curso Comunicação Social – Produção em Comunicação e Cultura de graduação, da Universidade Federal da Bahia, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais entre o possível e o impossível**. In: _____. Gisele Marchiori Nussbaumer (Org.). Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, Linda (org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador, EDUFBA, 2005.

SEEMANN, Jörn. “Cartografias culturais” na geografia cultural: entre mapas da cultura e a cultura dos mapas. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 21, nº. 2, 2001.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO E INDICADORES EM CULTURA – SNIIC. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>>. Acesso em outubro de 2011.

UNESCO. Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, sobre a proteção e promoção da Diversidade Cultural UNESCO. Decreto Legislativo de nº485/2006.